Artigo Dossiê – Centenário de Milton Santos (2026)

A territorialidade do Movimento dos Pequenos Agricultores em Rondônia à luz da Geografia Crítica de Milton Santos

The territoriality of the Movimento dos Pequenos Agricultores in Rondônia in light of the Critical Geography of Milton Santos

La territorialidad del Movimento dos Pequenos Agricultores en Rondônia a la luz de la Geografía Crítica de Milton Santos

ÉRICA ANNE DOS SANTOS OLIVEIRA

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Recebido em: 12/03/2026.
Aprovado em: 28/05/2026.
Editoras responsáveis: Mónica Arroyo, Denise Elias e Grace B. Alves

Como citar (ABNT)
OLIVEIRA, Érica Anne dos Santos. A territorialidade do Movimento dos Pequenos Agricultores em Rondônia à luz da Geografia Crítica de Milton Santos. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 22, n. 47, e21285, 2026. DOI: 10.5418/ra2026.v22i47.21285. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/21285. Acesso em: XX mês abreviado 20XX.

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY – permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

A Revista da ANPEGE não se responsabiliza por opiniões, ideias e conceitos emitidos pelos autores dos textos, assim como por conflitos de interesse entre autores, financiadores, patrocinadores e outros eventualmente envolvidos e/ou citados nos textos. Os autores asseguram que atendem as políticas editoriais e que o artigo não viola direitos autorais e que não há plágio no trabalho, responsabilizando-se pela utilização de fotos, imagens, remissões e traduções, entre outros materiais.

RESUMO: O presente artigo analisa o embate entre o modelo de desenvolvimento do agronegócio e a resistência camponesa organizada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em Rondônia. Pautado na categoria de território de Milton Santos, discute-se a imposição de verticalidades pelo Estado e pelo capital mundializado, processo aqui identificado como agroparasitismo subsidiado. A pesquisa utiliza fontes documentais, dados do Caderno de Conflitos da CPT (2025) e a análise da práxis do Programa Camponês. Os resultados demonstram que a atuação estatal, historicamente vinculada a projetos como o Polonoroeste, consolidou "rotas de sacrifício" e violência fundiária. Em contrapartida, o MPA estabelece horizontalidades através do Feminismo Camponês e Popular e da agroecologia, promovendo um "outro uso do território" que prioriza a reprodução da vida e a soberania alimentar. Conclui-se que o legado de Milton Santos permite enxergar a resistência camponesa na Amazônia como a viabilização de uma globalização como possibilidade em face da perversidade neoliberal.

Palavras-chave: Questão Agrária; Território; Rondônia; Feminismo Camponês e Popular; Movimento dos Pequenos Agricultores.

ABSTRACT: This article analyzes the confrontation between the agribusiness development model and the peasant resistance organized by the Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) in the Brazilian state of Rondônia. Grounded in the territorial category formulated by Milton Santos, the study discusses the imposition of verticalities by the State and by globalized capital, a process here identified as subsidized agroparasitism. The research is based on documentary sources, data from the Caderno de Conflitos no Campo (2025) produced by the Comissão Pastoral da Terra, and an analysis of the praxis of the Peasant Program. The results indicate that state action, historically linked to regional development projects such as the Polonoroeste, has consolidated “sacrifice routes” and intensified land-related violence. In contrast, the MPA establishes horizontalities through Peasant and Popular Feminism and agroecology, promoting an “alternative use of territory” that prioritizes the reproduction of life and food sovereignty. It is concluded that the theoretical legacy of Milton Santos allows

peasant resistance in the Amazon to be understood as the construction of a globalization as possibility, in opposition to the perversity of neoliberal globalization.

Keywords: Agrarian Question; Territory; Rondônia; Peasant and Popular Feminism; Movimento dos Pequenos Agricultores

RESUMEN: El presente artículo analiza el enfrentamiento entre el modelo de desarrollo del agronegocio y la resistencia campesina organizada por el Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) en el estado de Rondônia, Brasil. Basado en la categoría de territorio formulada por Milton Santos, se discute la imposición de verticalidades por parte del Estado y del capital mundializado, proceso identificado aquí como agroparasitismo subsidiado. La investigación se fundamenta en fuentes documentales, en los datos del Caderno de Conflitos no Campo (2025) elaborados por la Comissão Pastoral da Terra, y en el análisis de la praxis del Programa Campesino. Los resultados indican que la actuación estatal, históricamente vinculada a proyectos de desarrollo regional como el Polonoroeste, consolidó "rutas de sacrificio" y profundizó la violencia fundiaria. En contraposición, el MPA establece horizontalidades a través del Feminismo Campesino y Popular y de la agroecología, promoviendo un "otro uso del territorio" que prioriza la reproducción de la vida y la soberanía alimentaria. Se concluye que el legado teórico de Milton Santos permite comprender la resistencia campesina en la Amazonía como la construcción de una globalización como posibilidad, frente a la perversidad de la globalización neoliberal.

Palabras clave: Cuestión Agraria; Territorio; Rondônia; Feminismo Campesino y Popular; Movimento dos Pequenos Agricultores.

Introdução

A análise da luta e da territorialização do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na Amazônia rondoniense não se esgota na descrição de um fenômeno local ou isolado; antes, compreende-se tal movimento como uma manifestação particular da totalidade social. Sob a perspectiva de Paulo Netto (2011), a apreensão da realidade exige que o objeto seja tratado como um "complexo constituído por complexos", onde as relações agrárias em Rondônia articulam-se à dinâmica macroscópica da acumulação capitalista. Assim, o MPA emerge como um grupo de pressão política, e como um sujeito coletivo que tensiona a estrutura fundiária regional, revelando as conexões entre a produção material da vida e as formas de consciência e resistência camponesa no território.

"Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um 'todo' constituído por 'partes' funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é 'simples' — o que as distingue é o seu grau de complexidade" (Paulo Netto, 2011, p. 56).

Pautando-se no método em sua perspectiva marxiana, esta investigação busca as múltiplas determinações que constituem a realidade agrária rondoniense, superando a mera descrição empírica dos conflitos de terra. O esforço investigativo consiste em ultrapassar a aparência imediata, que muitas vezes apresenta o embate no campo como uma questão puramente jurídica ou de ordem pública, para atingir a essência da contradição: o antagonismo estrutural entre a lógica do capital (representada pelo modelo agroexportador e pela renda da terra) e a lógica do trabalho/vida camponesa. Ao elevar-se do abstrato ao concreto, a análise pretende reconstruir, no plano do pensamento, o processo de territorialização do MPA como uma síntese de determinações históricas, econômicas e sociais que definem a fronteira amazônica contemporânea.

A centralidade do pensamento geográfico de Milton Santos reside na compreensão de que o espaço não pode ser analisado de forma estática ou puramente física. Para o autor, a verdadeira dimensão da análise social surge quando o espaço é apropriado e transformado pela ação humana. Segundo ele:

> "O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria idéia de nação, e depois a idéia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: "primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem". Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe" (Santos, 1999, p. 8).

Essa perspectiva é fundamental para compreender a territorialidade camponesa no estado de Rondônia. Ao longo de mais de duas décadas de organização, o movimento camponês demonstrou que o "chão" conquistado, composto por roçados, agroflorestas e feiras, só se torna território plenamente realizado através da identidade e da luta política. É o "fazer a casa" mencionado por Churchill (apud Santos, 1999, p. 8): enquanto o camponês constrói o sistema agroecológico e defende as sementes crioulas, esse mesmo território "faz" o camponês, consolidando sua existência como sujeito social e político frente às pressões externas. Contudo, essa construção identitária enfrenta desafios constantes diante do avanço do agronegócio na região. Quando a repressão ou a negligência estatal ameaçam as práticas coletivas da produção, o que está em risco não é apenas a posse da terra física, mas a própria

existência do “território usado”. A disputa em Rondônia revela, portanto, um choque de lógicas: de um lado, o território como mercadoria e suporte para o lucro; de outro, o território camponês como o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e, por fim, do exercício pleno da vida.

A proposta deste trabalho é analisar a territorialidade do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em Rondônia como uma forma de resistência a um projeto de desenvolvimento forjado pelo Estado e pelo capital internacional. Historicamente, o território rondoniense foi desenhado para a exportação de produtos primários, consolidando-se a partir de pesados investimentos públicos que viabilizaram a lógica do agronegócio na Região Norte.

A ocupação da Amazônia ocorreu de forma predatória, negligenciando as especificidades locais e os povos tradicionais, indígenas, camponeses, seringueiros e ribeirinhos que historicamente habitavam a floresta. O modelo de desenvolvimento implementado nas décadas de 1960 e 1970, sob a Ditadura Militar, consolidou uma política de incentivo ao desmatamento articulada a programas de colonização agrícola. Esse processo, especificamente em Rondônia, caracterizou-se por um intenso fluxo migratório onde a colonização espontânea se mesclou às iniciativas oficiais e particulares, acabando por predominar sobre elas (Ianni, 1979, p. 19).

Nesse cenário, o território recebeu trabalhadores rurais em busca de terra para morar e lavrar, mas também uma diversidade de atores que incluía desde pequenos empresários a grileiros, jagunços e funcionários governamentais (Ianni, 1979, p. 19). Para ele, essa expansão não foi pacífica. Nesse cenário, o governo federal promoveu o deslocamento de um vasto campesinato, atraído pela promessa de terras férteis e baratas. Os dados de 1978 revelam a magnitude desse fluxo para Rondônia: a grande maioria dos migrantes era oriunda das regiões Centro-Oeste (43,4%), Sul (34,0%) e Sudeste (18,4%), enquanto as populações do Norte e Nordeste representavam apenas 4,2% do total (Martine, 1978 apud Ianni, 1979).

Essa massa de trabalhadores rurais somou-se aos fluxos que atingiram também o Acre, o norte de Mato Grosso e o sul do Pará. No entanto, enquanto o Estado estimulava a migração camponesa, favorecia simultaneamente a expansão de latifúndios e empresas. Para Ianni (1979, p. 23), essa política visava criar condições para a entrada do grande capital, transformando a fronteira em um palco de violência onde o primeiro a ser expropriado era o indígena; e o segundo era o posseiro. Assim, grandes negociantes de terras, grileiros e latifundiários passaram a monopolizar o território, vencendo as populações locais, índios, caboclos e sitiantes, por meio do poder econômico, da burocracia estatal ou da força física. Essa dinâmica resultou em um processo onde a colonização serviu como instrumento de controle social e econômico, no qual no qual o Estado atuou como o principal articulador da expropriação e do monopólio da terra (Ianni, 1979, p. 23), consolidando uma dinâmica de conflitos onde a luta pela posse e a urgência pela titulação tornaram-se marcas indeléveis do território amazônico.

Esse processo de ordenamento territorial encontra suas raízes em programas como o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil - Polonoroeste (Brasil, 1981), e posteriormente, o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - Planafloro (Rondônia, 1989), financiados pelo Banco Mundial (BIRD). Tais intervenções não foram neutras; elas estruturaram o espaço para servir aos fluxos globais de mercadorias, resultando na expulsão direta ou na subordinação agrícola e pecuária das famílias camponesas. Atualmente, essa lógica se materializa na consolidação de corredores de commodities, onde a infraestrutura estatal prioriza a fluidez do capital em detrimento

da vida no campo. Frente a essa hegemonia, a práxis do MPA emerge como um contra projeto, tensionando a racionalidade neoliberal e reivindicando o território como espaço de soberania alimentar e reprodução da vida camponesa.

2 Área de Estudo

A área de estudo compreende a região central, sudoeste e cone sul do estado de Rondônia, abrangendo um arco que se estende de Ariquemes a Colorado do Oeste, onde o MPA tem presença orgânica em 20 municípios (conforme mapa abaixo). Este recorte espacial é estratégico, pois coincide com o eixo da BR-364, principal via de escoamento de commodities e palco histórico da colonização agrícola incentivada pelo Estado (INCRA/BIRD).

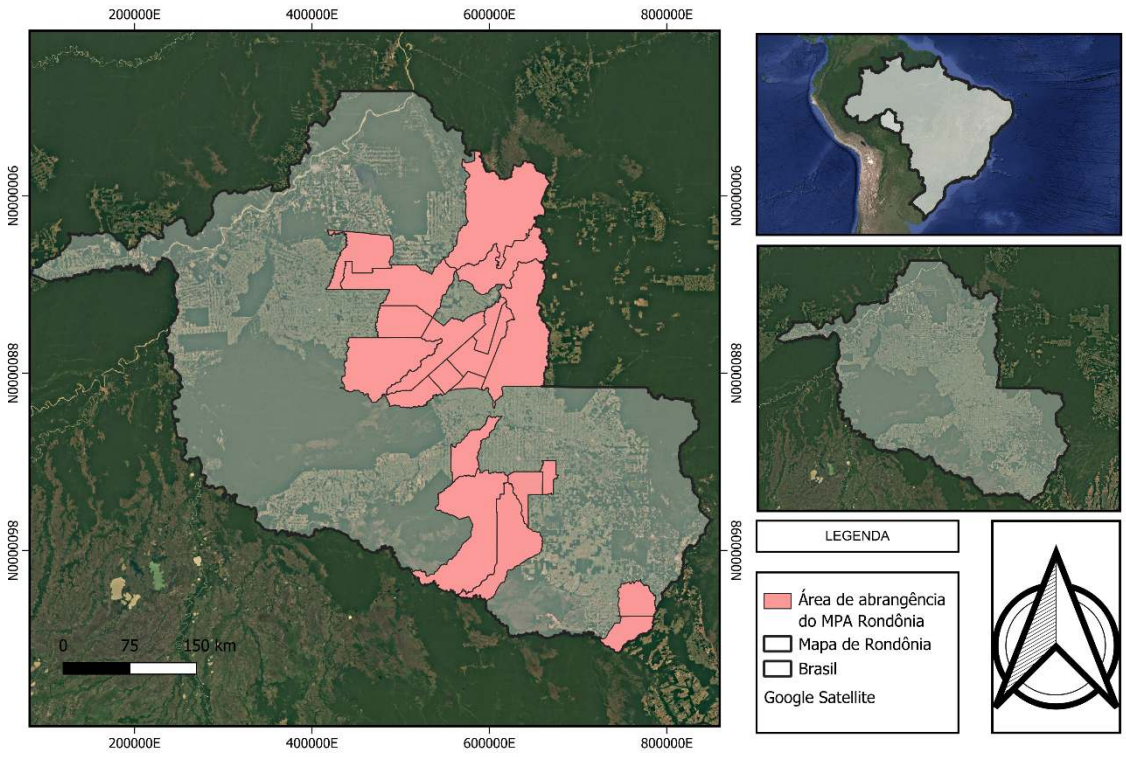


Figura 1. Municípios com presença do MPA, Rondônia, Brasil. Fonte: IBGE (2024), Landsat/Copernicus (2020) via camada Google Satellite pelo plugin QuickMapServices no software QGIS. Elaboração: Oliveira (2026).

Socioeconomicamente este arco reflete a contradição entre a pujança do agronegócio mecanizado e a resistência da agricultura familiar camponesa. Enquanto o capital avança sobre áreas de posse, convertendo o território em um estoque para o mercado de terras (Silva; Lima; Conceição, 2018), o MPA organiza sua base produtiva e política, onde a produção de alimentos saudáveis e o controle das sementes crioulas funcionam como mecanismos de permanência e soberania.

3 Percurso metodológico

A presente investigação estrutura-se a partir de um percurso metodológico fundamentado na revisão bibliográ-

fica crítica e na análise documental, orientando-se pela perspectiva marxiana de apreensão do real, com a articulação entre a Geografia Crítica e a Economia Política sob a ótica do capitalismo dependente (Osorio, 2014). A escolha desse método justifica-se pela necessidade de transcender a aparência imediata dos fenômenos sociais, buscando atingir a essência das contradições que regem a questão agrária contemporânea através do materialismo histórico-dialético e da categoria de totalidade concreta (Paulo Netto, 2011). A análise operacionaliza as categorias miltonianas de território usado, espaço derivado, verticalidades e horizontalidades para desvelar o antagonismo entre a racionalidade hegemônica do agronegócio e as contrafinalidades produzidas pelo MPA. Para tanto, a análise debruça-se sobre fontes documentais estratégicas, com destaque para o Plano Camponês e os dados sistematizados nos Cadernos da CPT 2025 (Comissão Pastoral da Terra), os quais fornecem a base empírica necessária para confrontar a teoria com a materialidade dos conflitos territoriais e as formas de resistência popular. Sob essa ótica, assume-se que a produção do conhecimento sobre a sociedade não ocorre de forma isolada da dinâmica social, conforme aponta Paulo Netto (2011, p. 23):

> "Isto significa que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto. Por isso mesmo, a pesquisa - e a teoria que dela resulta - da sociedade exclui qualquer pretensão de "neutralidade", geralmente identificada com "objetividade".

Dessa forma, a análise aqui proposta não reivindica uma isenção política ou uma neutralidade impossível diante da realidade social. Pelo contrário, assume-se uma objetividade científica que reconhece o compromisso do pesquisador com a compreensão crítica do objeto estudado, a luta pela terra e a resistência camponesa frente às pressões da expansão do capital.

4 Resultados e Discussão

4.1 A Mundialização do Capital e o Estado em Rondônia

A atuação do Estado na Amazônia rondoniense deve ser compreendida sob a ótica da "subsoberania". Conforme aponta Osorio (2014), o Estado no capitalismo dependente é marcado por uma soberania restringida, o que implica a "subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista" (Osorio, 2014, p. 206). Em Rondônia, essa lógica se materializa na reconfiguração do território para atender às demandas da mundialização, transformando a região em um enclave estratégico para o fornecimento de commodities, "o que não exclui possíveis conflitos" (Osorio, 2014, p.206).

A transição para o atual padrão exportador exigiu o que o autor denomina de redefinição da intervenção estatal. Ao contrário do senso comum neoliberal, a intervenção não desapareceu; ela se readequou para garantir a fluidez do agronegócio. Como afirma Osorio (2014, p. 224), a intervenção estatal "simplesmente se redefiniu em função dos interesses sociais prevalecentes no Estado", o que se observa em Rondônia através da priorização de investimentos em infraestrutura logística em detrimento das políticas de reforma agrária.

Nesse contexto, a superexploração da força de trabalho, categoria central na obra do autor, manifesta-se no campo rondoniense através da precarização e da pressão sobre os territórios camponeses. O Estado opera como o garantidor desse processo, pois, diante das fraturas sociais geradas pela acumulação, "a ordem social se torna

possível sobre a base de um exercício férreo do poder político, o que requer um Estado no qual os mecanismos coercitivos operam de forma recorrente" (Osorio, 2014, p. 209).

Portanto, a presença estatal em Rondônia é máxima e seletiva. Ela atua na gestão do conflito social para assegurar a "paz social" exigida pelo mercado mundial. O Estado na Amazônia ocidental funciona, em última análise, como uma "relação social condensada de enorme relevância" (Osorio, 2014, p. 207), viabilizando a integração subordinada da região aos circuitos globais de capital sob o comando das novas hegemonias financeiras e agrárias. No entanto, para que essa engrenagem de expropriação e subordinação opere sem rupturas sociais drásticas, ela necessita de uma cobertura ideológica robusta.

É nesse contexto que a narrativa do 'Agro é bom/Agro é tudo' exerce sua função primordial: a consolidação do agrofundamentalismo. Como aponta Goldfarb e Mitidiero Junior (2025), essa ofensiva ideológica disseminada em massa opera como uma cortina de fumaça que mascara a natureza agroparasitária do setor. Dessa forma, configura-se o que se pode denominar como agroparasitismo subsidiado: ao vender a ilusão de que o agronegócio é o único motor da economia nacional, o Estado constrói a legitimidade necessária para a canalização massiva de recursos públicos e financiamentos internacionais, desde as raízes históricas do Polonoroeste e do Planafloro (BIRD/Banco Mundial) até a transferência vultosa de renda viabilizada pelos recentes Planos Safra. Eles analisam que,

> "A intensidade do marketing e da propaganda de hoje nos permite afirmar que estamos rumando para uma sociedade pautada por um "agrofundamentalismo" que, por sua vez, se articula com o fundamentalismo religioso e radicalismo político de extrema-direita tão marcante nos dias atuais" (Goldfarb; Mitidiero Junior, 2025, p.3).

Ao questionarem se o "Agro é um bom negócio para o Brasil", os autores revelam as entranhas de um modelo que privilegia a exportação de commodities em detrimento da soberania alimentar. Em Rondônia, essa lógica se materializa no que Santos (2006) denomina de racionalidade técnica desalmada: um sistema de objetos que serve ao capital financeiro global, mas que produz, no território usado, o cerceamento das liberdades camponesas e a degradação ambiental. Assim, o Agro bom, da propaganda da Rede Globo de televisão, revela-se, sob a ótica da totalidade marxiana (Paulo Netto, 2011), como um projeto de classe que aprofunda as desigualdades regionais e a violência no campo rondoniense. Ainda, os autores Goldfarb e Mitidiero Junior afirmam que

> "[...] o Estado brasileiro funciona como uma espécie de Robin Hood às avessas. Usa o dinheiro público para privilegiar os produtores rurais mais ricos, que produzem para o mercado externo, em detrimento dos mais pobres, que produzem parte fundamental da comida que chega às nossas mesas" (Goldfarb; Mitidiero Junior, 2025, p.5).

No entanto, a viabilidade econômica desse modelo em Rondônia exige, contraditoriamente, o esvaziamento do campo. A expansão das monoculturas de soja e da pecuária extensiva não apenas expulsa a família camponesa, mas altera radicalmente a dinâmica do trabalho: a mecanização intensa reduz a oferta de empregos, enquanto o uso indiscriminado de agrotóxicos submete o trabalhador remanescente e as comunidades do entorno a processos de envenenamento sistêmico, como apontado no artigo, "Pistolagem aérea" (Silva et al. 2025). O rastro desse sucesso divulgado pela propaganda é a contaminação aguda dos corpos d'água, do solo e do ar, revelando que o projeto de desenvolvimento do capital em Rondônia é, em última instância, um mecanismo de concentração extrema de terra e renda fundado na expropriação da vida.

Essa transição da ocupação territorial para a exploração predatória é sintetizada por Silva, ao afirmar que:

> "Se inicialmente Rondônia se constituía como a fronteira agrícola do Estado, hoje, há transformações que ensejam uma fronteira do capital nacional e internacional, que se realiza de forma fragmentada e articulada ao movimento geral que passa o Brasil em suas transformações territoriais" (Silva, 2011, p. 72).

Ao caracterizar Rondônia como essa 'fronteira do capital', Silvia (2011) desvela que o território foi reconfigurado para servir ao movimento geral de mundialização. É nesse cenário de fragmentação que se instalam as verticalidades de Milton Santos, pois, para o autor:

> "As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemónicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta" (Santos, 2006, p. 193).

O uso do solo em Rondônia passa a ser ditado por fluxos financeiros invisíveis e pelas cotações de bolsas de valores, convertendo o território no que Milton Santos (1988, p. 25-26), ao discutir a função do geógrafo no Terceiro Mundo, denomina espaço derivado. Esse processo é caracterizado por Denise Elias (2011) como a formação de Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs), que são novos arranjos territoriais escolhidos para receber os mais expressivos investimentos do agronegócio globalizado. Nessas regiões, as grandes corporações tornam-se os principais agentes produtores do espaço, impondo uma lógica onde as verticalidades (os fluxos e ordens externas) predominam sobre as dinâmicas locais, convertendo o território em um suporte funcional para as redes agroindustriais (Elias, 2011).

Essa conversão do território em suporte para o agronegócio globalizado ilustra o que Santos (2000) denomina globalização como perversidade. Nela, a tirania do dinheiro e da informação servem para aprofundar as desigualdades, subordinando as dinâmicas locais a uma racionalidade externa que ignora as necessidades das populações regionais. Nesse contexto, o território torna-se suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas utilitárias dos atores hegemônicos voltadas aos momentos da circulação e do consumo (Santos, 1996, p. 175; p. 192). Em oposição a essa solidariedade organizacional do mercado, o Lugar emerge como a sede da resistência da sociedade civil, onde as horizontalidades do MPA promovem uma solidariedade orgânica que leva em conta a totalidade dos atores e a reprodução da vida no espaço rondoniense (Santos, 1996, p. 174).

4.2 O rastro da racionalidade: conflitos e rotas de sacrifício em Rondônia

É nas horizontalidades que reside a força do MPA, e demais movimentos sociais que compõem a Via Campesina no estado, bem como, da resistência dos povos indígenas e quilombolas que lutam há vários séculos por terra e território. Enquanto o capital tenta impor um cotidiano obediente através da subordinação agrícola, o campesinato rondoniense cria a "contrafinalidade". A resistência camponesa transforma o território em um lugar de descoberta e revolta, onde a produção de alimentos e o cuidado com a terra se opõem à cegueira do modelo exportador. Assim, o enfrentamento ao projeto de desenvolvimento em Rondônia não é apenas uma disputa por hectares, mas uma luta entre a verticalidade alienante do capital e a horizontalidade viva e soberana da produção camponesa. O espaço geográfico é um sistema de objetos e ações (Santos, 2006). Enquanto o agro impõe objetos

técnicos para o lucro, o MPA propõe ações baseadas na razão e na emoção (a vida comunitária, a segurança alimentar).

No entanto, essa resistência não ocorre em um vácuo de paz, mas sob a égide de uma racionalidade de guerra que se materializa nos números do Caderno de Conflitos da CPT (2025). Os dados recentes revelam que o rastro deixado pelo "sucesso" do agronegócio em Rondônia é, na verdade, uma cartografia da barbárie: o estado permanece como um dos epicentros da violência fundiária na Amazônia Legal, onde o avanço das commodities sobre as áreas de posse e territórios tradicionais segue o que se denomina "rotas de sacrifício". Segundo Silva, Lima e Conceição (2018, p. 35)

> "Ao menos duas questões se impõem no cenário amazônico que se qualifica como uma problemática recente: i) a regularização fundiária das terras ocupadas e disponibilizadas pelo governo federal através de colonização agrícola (assentamentos rurais/campesinato) e destinação particular (médios e grandes proprietários), se colocam como um estoque de áreas disponíveis ao mercado de terras mobilizado pelo agronegócio; ii) tal processo induz a uma pressão econômica e socioterritorial que alimenta a geopolítica das áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas e áreas quilombolas), atingindo os povos e comunidades tradicionais amazônicas e parcelas do campesinato. Nessas questões, evidencia-se a vinculação do debate agrário com a dimensão territorial do capitalismo na Amazônia".

Nestas rotas, estruturadas pelos grandes eixos logísticos financiados pelo BIRD e pelo Banco Mundial, a violência não é um desvio, mas a própria regra de ordenamento territorial. A CPT (2025) aponta que a expansão da soja e da pecuária em Rondônia tem provocado um aumento sistemático nos assassinatos e ameaças contra lideranças camponesas, além de uma nova e perversa fronteira de disputa: a água. Convertida em "infraestrutura de acumulação", a água deixa de ser um bem comum para servir a grandes hidrelétricas e ao agronegócio irrigado, envenenando os corpos d'água com agrotóxicos e marginalizando as populações ribeirinhas que compõem as horizontalidades locais.

Nesse cenário, o estado de Rondônia é emblemático, tendo abrigado a construção de três grandes empreendimentos: a UHE Samuel, no Rio Jamari, cuja sede em Candeias do Jamari e o extenso reservatório impactam também Itapuã do Oeste e Ariquemes, e as usinas de Santo Antônio e Jirau, ambas localizadas no Rio Madeira, no município de Porto Velho. Somado à pressão hidrelétrica, observa-se nos últimos anos o crescimento da extração mineral predatória, especialmente em terras indígenas, comunidades tradicionais e assentamentos da Reforma Agrária. Exemplo crítico dessa dinâmica é a mineração em território Cinta-larga, no município de Espigão do Oeste.

Além da expropriação física, a racionalidade neoliberal opera a precarização estrutural da força de trabalho. Ao concentrar a terra e mecanizar a produção, o agronegócio em Rondônia empurra as famílias expulsas para a condição de um "Exército de Reserva" no campo. Despossuídos de seus meios de produção, esses trabalhadores tornam-se vulneráveis à superexploração, o que explica a persistência do trabalho escravo contemporâneo no estado. Como demonstram os registros de fiscalização, o trabalho escravo não é um resquício do passado, mas uma peça funcional da acumulação capitalista que necessita de corpos vulnerabilizados para manter a competitividade das cadeias globais (CPT, 2025). Portanto, o "Agro é bom" é o slogan que silencia o grito da terra e o sangue do trabalhador, tentando naturalizar um modelo que só se sustenta através da produção contínua de conflitos, desigualdades e rotas de sacrifício.

Além disso, a água emerge como a nova fronteira desse projeto de desenvolvimento. Se para o camponês a água é vida e horizontalidade, para o Estado e para as grandes corporações (mineradoras e agronegócio irrigado) ela é convertida em "infraestrutura de acumulação". Os conflitos por água em Rondônia, especialmente envolvendo populações ribeirinhas e atingidos por barragens no Rio Madeira, expõem a "contrafinalidade" de um modelo que envenena rios com agrotóxicos e mercúrio para viabilizar o lucro de setores que, como visto, pouco devolvem em arrecadação ou bem-estar social.

Em suma, a atuação do Estado em Rondônia confirma a tese de Osorio (2014): o poder público organiza o território para a reprodução do capital mundializado, mesmo que isso signifique a destruição sistemática dos modos de vida tradicionais. O aumento dos assassinatos no campo e a drástica redução nas conquistas territoriais (demarcações e assentamentos) revelam que, sob a égide do agrofundamentalismo, o Estado brasileiro optou por financiar a fronteira do capital em detrimento da fronteira da vida.

4.3 Sistemas de Objetos e Sistemas de Ações na Amazônia: O Plano Camponês em Rondônia

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) surgiu no final de 1995 e início de 1996 no Rio Grande do Sul, com o objetivo de articular a luta dos camponeses brasileiros, diante dos limites da estrutura sindical da época, que já não atendia às suas necessidades. A perda de produção causada por uma estiagem no RS intensificou esse processo de organização, impulsionando as famílias afetadas a se mobilizarem para reivindicar apoio e investimentos governamentais voltados à agricultura familiar. Cientes das implicações do pacote tecnológico para o campo e dos efeitos do projeto neoliberal na economia brasileira, essas lideranças identificaram na efervescência das lutas camponesas a urgência de criar uma organização camponesa. O objetivo da organização era canalizar as demandas negligenciadas pelo poder público e propor estratégias para o fortalecimento da agricultura familiar brasileira. Esse processo de articulação envolveu reuniões iniciais entre representantes de Rondônia, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cujos debates em Brasília foram decisivos para a criação do movimento (MPA, 2026).

A articulação inicial em Rondônia foi impulsionada por lideranças que buscavam uma alternativa à estrutura sindical tradicional, focando em pautas específicas como o crédito agrícola e a renegociação de dívidas. Esse núcleo diretivo foi decisivo para a expansão do MPA, sendo responsável por organizar o movimento no Estado e por disponibilizar militantes para fortalecer a mobilização em outras frentes nacionais, com destaque para a região Nordeste. Conforme descrito pelo próprio MPA em seus documentos internos:

> "O Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massas, autônomo, de luta permanente, cuja base social é organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas. O MPA busca resgatar a identidade e a cultura camponesa, na sua diversidade, e se coloca ao lado de outros movimentos populares do campo e da cidade para a construção de um projeto popular para o Brasil baseado na soberania e pelos valores de uma sociedade justa e fraterna. A organização do MPA significa que os camponeses têm necessidades comuns que são maiores que seus limites territoriais. Por isso vimos a necessidade de construir uma nova forma de organização política, capaz de unificar esses processos de luta e desenvolver-se numa perspectiva nacional. [...] Fazemos parte da Via Campesina Brasil e Via Campesina Internacional, da Confederação Latino-americana de Organizações Camponesas – CLOC, e da Frente Brasil Popular". (MPA, 2019).

Ao longo de sua trajetória, o MPA promoveu encontros nacionais com o objetivo de consolidar a unidade or-

ganizativa e as pautas do movimento. Ainda, realizou o congresso como instância máxima para definir as diretrizes desse movimento camponês. O primeiro encontro nacional ocorreu em Ronda Alta/RS, em 2000, seguido pelo segundo encontro em Ouro Preto do Oeste/RO, em 2003. O terceiro encontro foi realizado em Vitória da Conquista/BA, em 2010, e o primeiro congresso nacional aconteceu em São Bernardo do Campo/SP, em 2015. Ao longo de 20 anos, o MPA tem se dedicado a resgatar a história, a luta e a cultura do campesinato, reafirmando seu modo de ser e produzir. (MPA, 2019).

A presente pesquisa constitui parte integrante da tese de doutorado em desenvolvimento, intitulada “O Movimento dos Pequenos Agricultores no estado de Rondônia: Construindo o Plano Camponês”. Atualmente, o MPA em Rondônia caracteriza-se pela execução de uma estratégia de "pressão construtiva", em que o movimento assume o papel de coexecutor de políticas públicas e indutor de novas racionalidades territoriais. Essa atuação estrutura-se no acesso e monitoramento de políticas nacionais de fomento à comercialização (PAA/PNAE), habitação rural (MCMV-R) e assistência técnica, articulando a produção local a uma ampla rede de solidariedade ancorada na Soberania Alimentar. Tal rede conecta-se a iniciativas como a "logística popular" e as Cozinhas Solidárias, integrando a meta nacional da Missão Josué de Castro.

No campo da Resistência e Justiça Climática, o movimento responde a eventos extremos, como as estiagens e enchentes dos principais corpos d’água da região, através da recuperação de solos e da Missão Sementes de Solidariedade, garantindo a autonomia via sementes crioulas. Esse projeto é sustentado pelo debate de Sucessão Rural e Gênero, envolvendo a geração sem-terra (filhos de camponeses) e garantindo o protagonismo de jovens e mulheres na transição agroecológica e em inovações como o projeto Alimergia, que une autonomia alimentar e energética. Por fim, a práxis camponesa reafirma-se no enfrentamento aos conflitos de terra e à judicialização, consolidando alianças estratégicas com povos indígenas e quilombolas na oposição ao Marco Temporal e na defesa da regularização fundiária. Tais estratégias de resistência não são apenas reações locais, mas o anúncio de uma outra globalização (ou globalização como possibilidade), como propõe Santos (2000). Nela, a solidariedade orgânica no lugar permite a construção de alternativas baseadas na dignidade e na totalidade dos atores, contrapondo-se à globalização como fábula imposta pelo discurso hegemônico e superando a perversidade do período atual através de uma práxis solidária e autônoma.

As ações descritas derivam da práxis do Programa Camponês, tática central do movimento voltada à produção de alimentos saudáveis para o abastecimento popular e à construção de estabilidade socioeconômica para o campesinato rondoniense. O processo de produção, distribuição e consumo é concebido como um elo de articulação política, visando aproximar e fortalecer as forças sociais do campo e da cidade em torno de um projeto de mudanças sociais de caráter popular. Estruturado sobre a premissa de que o campesinato constitui a base estratégica para a garantia da soberania alimentar, o Programa Camponês implementa ações que reafirmam a Agricultura Familiar Camponesa não apenas como produtora de alimentos, mas como agente indutor de um desenvolvimento territorial endógeno, essencial para a vitalidade dos pequenos municípios e para o enfrentamento da lógica agroexportadora (MPA, 2015).

Tais ações buscam assegurar as condições materiais imprescindíveis para a reprodução social e a permanência das famílias camponesas no campo, com ênfase no protagonismo da juventude. O objetivo transcende o incremento

da renda, visando a elevação da consciência social e a construção de novas relações geracionais e de gênero no interior das comunidades. Ao promover processos produtivos ambientalmente sustentáveis, fundamentados na agroecologia e na preservação da biodiversidade, o Programa Camponês materializa uma melhoria substantiva na qualidade de vida ao estabelecer circuitos curtos de comercialização que garantem soberania alimentar e autonomia financeira às famílias camponesas. Ao consolidar o território como espaço de resistência e dignidade frente à lógica da despossessão (MPA, 2015), o programa institui horizontalidades que fortalecem o camponês como sujeito de sua própria história. Esse programa funciona como o passo intermediário para a consolidação do Plano Camponês, definido pelo movimento como um projeto estratégico e estruturante para o campo brasileiro. O MPA, sintetiza, portanto, o plano em cinco grandes eixos programáticos que buscam redefinir a racionalidade do território:

> "1) Campesinato e história: afirmação dos camponeses e dos povos originários e tradicionais como a base do desenvolvimento do campo; 2) Soberania: biodiversidade, hídrica, mineral, energética, alimentar e territorial; 3) Terra e território: reforma agrária, ocupação popular do território e projeto demográfico, cultura, educação, saúde e comunicação; 4) Nova base produtiva: agroecologia camponesa e abastecimento popular, cooperação, agroindústria e nova ciência e tecnologia; 5) Nova geração camponesa e feminismo camponês e popular: a construção de uma nova geração camponesa com base no acesso à terra e território, agroecologia camponesa e abastecimento popular, bem como pelo desenvolvimento de novas relações sociais que superem o capitalismo e o patriarcado" (MPA, 2019, p. 21-22,).

Sob a ótica da geografia crítica, esses eixos operam uma ruptura com a "ambiguidade epistemológica" criticada por Santos (2006), pois retiram o campesinato da condição de passividade e o colocam como sujeito técnico e político, capaz de instaurar uma nova base produtiva. Ao articular sucessão rural, feminismo e soberania alimentar, energética, hídrica, genética e territorial, o Plano Camponês não apenas resiste ao modelo agroexportador, mas propõe uma nova fluidez territorial baseada na solidariedade e na preservação da vida, frente à racionalidade padronizada e massificada. Para o autor, "o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes" (Santos, 2006, p. 39).

A territorialização do MPA em Rondônia não deve ser lida apenas como a ocupação de uma parcela de terra, mas como a instauração de um sistema de ações que confronta a lógica hegemônica. Se o espaço é definido pelo "conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações" (Santos, 2006), a luta camponesa atua na produção de novos objetos, como as sementes crioulas e as feiras agroecológicas que acontecem em Ouro Preto do Oeste, em Jaru, entre outros municípios, e na construção de habitação camponesa que exige uma racionalidade distinta daquela imposta pelo capital agroexportador. Essa resistência manifesta-se na criação de tecnologias adequadas, como a produção própria de biofertilizantes e o armazenamento e seleção da diversidade de sementes, que constituem horizontalidades capazes de desafiar a padronização das corporações.

As técnicas de produção impostas na Amazônia rondoniense funcionam como o tempo congelado que revela a história das elites agrárias e do Estado (Santos, 2006, p. 40). Podemos exemplificar que a infraestrutura de Rondônia (como a BR-364) é o tempo congelado do projeto militar e desenvolvimentista que priorizou a fluidez do grande capital, servindo hoje como suporte para as verticalidades do agronegócio. Essa dinâmica reflete o que Santos (1993, p. 59; p. 104) descreve como a urbanização do território na Amazônia: um fenômeno de unificação por meio de redes de transporte e comunicações que, em vez de adensar a economia local, cria nexos de dependência

com o mercado externo, consolidando aglomerações que favorecem o capital hegemônico. Por outro lado, se o sistema técnico pode ser absorvido quando há compatibilidade com as estruturas precedentes (Santos, 2006, p. 37), o camponês rondoniense atua como um engenheiro do seu próprio espaço, adaptando implementos e métodos produtivos que respondem às especificidades do solo e do ecossistema amazônico, em vez de submeter-se à rigidez das tecnologias desenhadas para o latifúndio.

O principal equívoco contemporâneo é reduzir a técnica a um fenômeno puramente mecânico, especializado ou restrito ao domínio das corporações e das ciências exatas. Como aponta Santos (2006), essa visão produz uma alienação gigantesca, pois faz o indivíduo acreditar que a capacidade de transformar o meio pertence apenas a grandes instituições. Esse condicionamento ganha força no ambiente escolar, que muitas vezes limita o ensino criativo ao impor a ideia de um padrão único ou uma forma certa de realizar as coisas, seja em um cálculo matemático ou em um processo produtivo, tratando qualquer desvio como erro.

Contrapondo-se a esse engessamento, Milton Santos, em sua obra fundamental A Natureza do Espaço (2006), apresenta uma interpretação inovadora: a técnica é indissociável da consciência humana e do intelecto. Ela é compreendida como uma categoria da existência que nasce da percepção subjetiva de que a realidade pode ser superada. Ao afirmar que as técnicas são inúmeras, visto que sujeitos distintos podem desenvolver formas particulares de realizar uma mesma tarefa, o autor resgata a autonomia do sujeito e do lugar. Essa demarcação é um pilar da Geografia Crítica porque revela que a tentativa do capitalismo de universalizar uma técnica global única é, na verdade, um ato de violência contra a pluralidade das técnicas locais, transformando a resistência técnica em uma legítima forma de resistência política e territorial.

A técnica, na perspectiva de Santos (2006), deixa de ser um mero acessório industrial para tornar-se o núcleo da relação entre a sociedade e o espaço. Ela é a materialização do intelecto humano sobre a matéria, uma forma de agir que busca otimizar a vida e a produção. Com essa demarcação, Milton Santos contribui para a Geografia Crítica ao revelar que o espaço não é um receptáculo vazio, mas um acumulado de técnicas e tempos. Ao entender que a técnica é uma escolha consciente, Santos (2006), permite criticar como o capitalismo seleciona apenas as técnicas que geram lucro rápido, muitas vezes em detrimento das técnicas locais que promovem a sustentabilidade e a coesão social. Assim, a técnica deixa de ser "coisa de engenheiro" para se tornar "coisa de geógrafo" e "coisa de camponês", permitindo analisar como cada objeto no território carrega uma intencionalidade política.

A evolução técnica na geografia de Milton Santos é marcada por uma escalada de autonomia que redefine a relação entre a sociedade e o espaço, dividindo-se em três estágios fundamentais: a ferramenta, a máquina e o autômato (Santos, 2006, p. 112). A ferramenta atua como uma extensão direta do corpo, amplificando a capacidade humana, mas permanecendo inteiramente dependente do vigor físico e da presença do operador. A máquina representa um salto qualitativo ao introduzir energias não humanas (como o vapor ou a eletricidade), o que desvincula a potência produtiva das limitações biológicas e da força do indivíduo, embora ainda exija sua supervisão constante. Por fim, o autômato atinge o ápice da independência técnica ao operar sob o comando de informações e programações prévias, sendo capaz de agir de forma eficaz mesmo na ausência física ou na indisposição do ser humano. Essa transição histórica demonstra como os objetos técnicos deixaram de ser meros

auxiliares da força humana para se tornarem sistemas que ditam o ritmo do território, consolidando o que se entende por meio técnico-científico-informacional.

A técnica e a tecnologia não são invenções do capitalismo, mas sim resultados históricos da necessidade humana de cooperação consciente. Enquanto os animais agem em grupo por instinto, o ser humano desenvolveu a comunicação como sua primeira e mais fundamental tecnologia, permitindo a ação coletiva e comunitária. Dessa forma, a técnica deve ser compreendida antes de tudo como um produto das relações sociais e da capacidade de organização do grupo, e não apenas como um conjunto de ferramentas físicas voltadas ao lucro corporativo.

O MPA, ao propor o Feminismo Camponês e Popular e a agroecologia, busca 'descongelar' essa história, introduzindo técnicas que não visam apenas o lucro relativo, mas a reprodução da vida. A instalação dessas novas técnicas camponesas revela o encontro de condições políticas locais que resistem à homogeneização técnica da globalização. A realidade do campo em Rondônia exemplifica o que Santos (2006, p. 37) descreve como a propagação desigual das técnicas. O capitalismo não se renova como um todo, mas de forma fragmentada; enquanto o agronegócio acessa o tempo rápido das tecnologias de ponta, a agricultura camponesa é muitas vezes mantida em sistemas precedentes. Contudo, o MPA utiliza essa própria desigualdade como brecha, adaptando técnicas e criando uma geografia que garante a soberania alimentar fora dos fluxos das grandes corporações.

A territorialidade do movimento camponês não pode ser compreendida sob a ótica do espaço absoluto (como mera posse de coordenadas geográficas), mas sim como a produção de um espaço relacional. Adotar uma visão puramente absoluta levaria a um determinismo geográfico onde o agronegócio apareceria como a única realidade consolidada em Rondônia. Contudo, como propõe Santos (2006, p. 41), o espaço é um sistema de objetos e ações que se interpenetram. Nesse sentido, o território camponês é relacional pois a resistência não ocorre apenas “sobre” a terra, mas está contida nos próprios objetos técnicos e na hibridização de saberes que transformam a propriedade em um lugar de vida. O camponês cria uma contra-história onde a técnica e a memória da terra modificam as normas de convívio, garantindo a fluidez da vida frente ao represamento imposto pela lógica neoliberal (Santos, 2006, p. 40).

O enfrentamento à racionalidade fria e calculista do mercado não se dá apenas no campo econômico, mas também na dimensão subjetiva e organizativa das mulheres. O feminismo camponês e popular emerge como a expressão da "razão e emoção" (Santos, 2006), uma inteligência territorial que prioriza a reprodução da vida e a soberania alimentar em contraposição à acumulação estéril de commodities. Conforme define o documento base do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA, 2019, p. 73):

> “[...] uma nova geração camponesa se projetara no vínculo orgânico entre a luta pela superação do capital e do patriarcado, bem como reconhecimento das mulheres camponesas como as grandes produtoras de alimentos para a humanidade; essa base material e política impulsionadora sustenta o desenvolvimento do movimento feminista camponês e popular”.

Essa perspectiva redefine a territorialidade do MPA em Rondônia. Enquanto o agronegócio opera sob uma lógica patriarcal de domínio e exploração exaurível da terra, o feminismo camponês resgata o território como espaço de cuidado, cura e biodiversidade. A mulher camponesa deixa de ser invisibilizada como "ajudante" para ser reconhecida como sujeito político central, cuja base material, o controle sobre as sementes crioulas, os quintais produtivos e a saúde da família, é o que sustenta a resistência contra a "fronteira do capital" descrita por Silva

(2011). Assim, a soberania alimentar não é apenas uma meta técnica, mas uma conquista política liderada por mulheres que compreendem que não há superação do modelo neoliberal sem o desmonte das estruturas patriarcais que sustentam a propriedade latifundiária e a violência no campo rondoniense.

5 Considerações finais

A análise da trajetória territorial de Rondônia revela que o conflito entre o agronegócio e o campesinato não se resume a uma disputa técnica por índices de produtividade ou hectares de terra. Trata-se, fundamentalmente, de um embate entre duas concepções de mundo e de uso do espaço. As contribuições de Santos (1988, 1999, 2006) fornecem as ferramentas essenciais para compreender que o MPA, ao resistir nas fronteiras amazônicas, não luta meramente pela posse do solo, mas por um outro uso do território. Enquanto a racionalidade neoliberal impõe as verticalidades, transformando o estado em uma "rota de sacrifício" para o escoamento de commodities sob o comando de forças externas e frias, o movimento camponês tece as horizontalidades da vida. Através do Programa Camponês e do protagonismo das mulheres no Feminismo Camponês e Popular, o território é ressignificado: deixa de ser um mero recurso de exploração para tornar-se o lugar da 'contrafinalidade', da solidariedade e da soberania alimentar.

Neste ano de 2026, o legado de Milton Santos revela-se uma ferramenta indispensável para decifrar as contradições de Rondônia. A trajetória aqui analisada demonstra que o território não é apenas um suporte físico, mas um sistema de objetos e ações (Santos, 2006) em constante disputa. Enquanto a lógica do dinheiro e do território (Santos, 1999) tenta impor verticalidades alienantes que transformam o estado em uma rota de escoamento global, a resistência do campesinato e do MPA resgata o espaço como método (Santos, 1988).

É na hibridização entre a técnica e a emoção, e na produção de uma vida comunitária soberana, que o território se torna o lugar da resistência. Sob as cinzas da "globalização como fábula" e da "globalização como perversidade", pulsa em Rondônia a "globalização como possibilidade" (Santos, 2000). Essa nova possibilidade não nasce dos escritórios do BIRD ou das cotações das bolsas de valores, mas sim da resistência orgânica do campesinato na Amazônia. É na insistência em produzir vida onde o capital só enxerga lucro que se desenha um horizonte soberano e justo. Assim, a luta camponesa em Rondônia prova que um outro uso do território é possível: aquele onde a técnica, guiada pela razão e pela emoção, serve à reprodução da vida e não apenas à aceleração estéril do capital.

Contribuições dos autores (CRediT): Concepção: E. A. S. Oliveira; metodologia: E. A. S. Oliveira; análise: E. A. S. Oliveira; coleta/produção de dados: E. A. S. Oliveira; escrita (primeira versão): E. A. S. Oliveira; escrita (revisão e edição): E. A. S. Oliveira. A autora leu e aprovou a versão final do manuscrito.

Disponibilidade de dados: Os conjuntos de dados e bases documentais relevantes ao manuscrito provêm de fontes públicas secundárias (Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA) e estão integralmente referenciados e explicitados ao longo do corpo do texto.

Financiamento: Esta pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Uso de inteligência artificial: A autora declara o uso de ferramenta de Inteligência Artificial (languagetool) estritamente para suporte linguístico e revisão ortográfica pós-aceite, não havendo substituição da autoria, da análise crítica ou da produção conceitual do manuscrito.

Agradecimentos: À Universidade Estadual Paulista (UNESP) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) pelo apoio institucional e infraestrutura. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES) pela concessão da bolsa de doutoramento. Ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), pela partilha de saberes e vivências essenciais para a realização deste trabalho.

Conflito de interesse: A autora declara não haver conflito de interesse.

Referências

BRASIL. Decreto nº 86.029, de 27 de maio de 1981. Dispõe sobre a criação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). Brasília, DF: Presidência da República, [1981]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1981/D86029.html>. Acesso em: 05 fev. 2026.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Atlas dos conflitos no campo brasileiro. Goiânia: CPT, 2025. 280 p.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 153, 2011. DOI: 10.22296/2317-1529.2011v13n2p153. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>. Acesso em: 23 abr. 2026.

GOLDFARB, Yamila; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Agro, um bom negócio para o Brasil? Organização de Willian Habermann. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, nov. 2025.

GOOGLE. Rondônia: coordenadas 8°05'51.73"S 65°25'02.73"W. Imagem de satélite fornecida por Landsat/Copernicus, 2020. Base de dados Google Satellite, acessada via plugin QuickMapServices no software QGIS. Acesso em: 12 jun. 2026.

IANNI, Octavio. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979. 140 p. (Coleção Sociologia brasileira, v. 11).

MPA. A hora e a vez do programa camponês: documento interno. [S. l.]: Direção Nacional, 2015.

MPA. Plano Camponês Por Soberania Alimentar e Poder Popular. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MPA. Quem somos. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

OSORIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. Tradução de Fernando Correa Prado. 1. ed. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2014.

PAULO NETTO, José. Introdução ao método do Marx. -1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

RONDÔNIA. Governo do Estado. Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia: PLANAFLORO. Porto Velho: POLONOROESTE, 1989. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/T2D00014.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2026.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1988. p.25-27.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: Geograhia. Ano 1, nº 1. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, A. S. P. da, Santos, C. L. S. dos, Oliveira, E. A. dos S., & Nobrega, R. da S. (2025). Pistolagem Aérea: o novo método de eliminação e expulsão dos povos do campo, das águas e das florestas. Revista Mutirõ, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 108–118. https://doi.org/10.51359/2675-3472.2025.266584. Acesso em: 13 jun. 2026.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970/2010. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa; LIMA, Luís Augusto Pereira; CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. Amazônia: dinâmicas agrárias e territoriais contemporâneas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 25-49.

SOBRE A AUTORIA

Érica Anne dos Santos Oliveira

Militante do MPA. Doutoranda em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela UNESP, Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela UNESP, Especialista em Economia e Desenvolvimento Agrário pela UFES. Graduada em Geografia pela CESUMAR. Graduada em História pela UFPB., Ji-Paraná, RO, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8922-4833
E-mail: sanne4348@gmail.com